

1 **ATA DA 3ª REUNIÃO DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS**
2 **HÍDRICOS CERH/PR**

3
4**OBJETO:** Posse de Conselheiros Titulares e Suplentes, aprovação da Ata da
52ª Reunião do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH/PR, leitura do
6expediente, apresentação do Sistema de Informações Geográficas para Gestão
7de Recursos Hídricos, aprovação da Constituição dos Comitês da Bacia do Rio
8Tibagi e da Bacia do Rio Pirapó, análise das proposições de Mesas Diretoras
9Provisórias da Bacia do Rio Pirapó e da Bacia do Paraná III, análise da
10solicitação da SANEPAR de reenquadramento de corpos hídricos, e aprovação
11da alteração do Art. 12, parágrafo 1º do Decreto nº 2.314/00 e Art. 1º, parágrafo
121º, e Art. 5º do Regimento Interno do Conselho Estadual de Recursos Hídricos
13e Assuntos Gerais.

14

15Aos 28 dias do mês de maio de 2002, às 09:00 horas, na Sala do Conselho do
16Centro Integrado dos Empresários e Trabalhadores das Indústrias do Paraná –
17CIETEP, realizou-se a 3ª reunião do Conselho Estadual de Recursos Hídricos
18do Estado do Paraná – CERH/PR, contando com a presença do Presidente do
19Conselho e Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos,
20JOSÉ ANTONIO ANDREGUETTO, da Secretária Executiva do Conselho
21Estadual de Recursos Hídricos, MARIANNA SOPHIE ROORDA, dos
22Conselheiros Titulares: YÁRA CHRISTINA EISENBACH, da Secretaria de
23Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL; ÉLCIO LUIZ COLTRO,
24da Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e do Turismo - SEIT; LUIZ
25EDUARDO MARQUES HALILA, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento
26Urbano – SEDU; LUIZ ROBERTO DE SOUZA, da Secretaria de Estado da
27Agricultura e do Abastecimento – SEAB; ANTÔNIO CARLOS SETTI, da
28Secretaria de Estado do Saúde – SESA; ROSANA SCARAMELLA, da
29Secretaria de Estado dos Transportes – SETR; NICOLAU IMTHON KLÜPPEL,
30Diretor-Presidente da Superintendência de Desenvolvimento de Recursos
31Hídricos e Saneamento Ambiental – SUDERHSA; MÁRIO SÉRGIO RASERA,
32Diretor Presidente do Instituto Ambiental do Paraná – IAP; GIL FERNANDO
33BUENO POLIDORO, da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba –
34COMEC; MÁRCIA CARLA PEREIRA RIBEIRO, Procuradora da Procuradoria
35Geral do Estado; MARIA APARECIDA ZAGO UDENAL, Prefeita Municipal de
36Iporã; RALPH CARVALHO GROSZEWICZ, da Universidade Federal do
37Paraná – UFPR; ELEUTÉRIO LANGOWSKI, da Associação de Proteção ao
38Meio Ambiente de Cianorte – APROMAC; MARCO AURÉLIO ZILLOTTO, do
39Instituto ECOPLAN; CARLOS AFONSO TEIXEIRA DE FREITAS, Diretor-
40Presidente da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR; CÁSSIO
41TANIGUCHI, Prefeito do Município de Curitiba e GUNTOLF VAN KAICK, do
42Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná – OCEPAR; e
43dos Conselheiros Suplentes: JORGE ANDRIGUETTO JÚNIOR, da Secretaria
44de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL; FILIPE BRAGA
45FARHAT, da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB;
46ALDO ANTÔNIO MANDALAZZO, da Companhia de Habitação do Paraná –
47COHAPAR; IVO BERNARDO HEISLER JÚNIOR, da Superintendência de
48Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental –
49SUDERHSA; ANA CECÍLIA BASTOS ARESTA NOWACKI, do Instituto
50Ambiental do Paraná – IAP; LUIZ MARCOS FEITOSA DOS SANTOS, da

51 Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER;
52 ANA CLÁUDIA BENTO GRAF, da Procuradoria Geral do Estado; DERLI
53 ANTÔNIO DONIN, Prefeito Municipal de Toledo, VALMIR DE FRANÇA, da
54 Universidade Estadual de Londrina – UEL; CARLOS EDUARDO DORNELES
55 VIEIRA – da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas – ABAS;
56 FERNANDO VELLOZO RODERJAN, do Núcleo de Apoio Integrado Pró-
57 Iguçu – NAIPI e ALBERTO PALOMAR FERNANDEZ, da Federação das
58 Indústrias do Estado do Paraná – FIEP; e dos convidados FRANCISCO JOSÉ
59 LOBATO DA COSTA, da Agência Nacional de Águas; LUIZ CARLOS KEMPER
60 TEIXEIRA, da Prefeitura Municipal de Apucarana; JOÃO CARMO DA
61 FONSECA, da Prefeitura Municipal de Apucarana; IBSON GABRIEL M.
62 CAMPOS, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Curitiba; ANDRÉ
63 RICARDO ANGONESE, da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Toledo;
64 PÉRICLES SALAZAR, do Sindicame; VERA LÚCIA DE LIMA, do Programa
65 Paraná Agroindustrial; REINALDO RIBEIRETE, Prefeito Municipal de Iporã e
66 Presidente do COPATI; WAGNER LUIZ KRELING, do COPATI; JÚLIO CEZAR
67 LEITE GONÇALVES, do COPATI; LUCILENE FURLON, do COPATI; MARIA
68 INEZ MACHADO, da Prefeitura Municipal de Castro; MARIÂNGELA GUSSO
69 GRALIK, do Instituto ECOPLAN; MARCOS NANNI, da Universidade Estadual
70 de Maringá – UEM; JOSÉ EUDES JANUÁRIO, da Secretaria de Meio Ambiente
71 do Município de Maringá; ANTONIO MANUEL LOPES JERONIMO, da
72 COCAMAR de Maringá; PAULO FERNANDO SOARES, da Universidade
73 Estadual de Maringá; MARINÊS MONTREZOL, da Gelita do Brasil; SANDRA
74 REGINA VIOTTO, do Município de Maringá; ARNALDO FERREIRA
75 SUCUPIRA, Prefeito Municipal de Ubatuba; JOSÉ S. BALADECI, vereador do
76 Município de Iporã; CELSO LUIZ RUBIO, da Secretaria de Estado da Saúde;
77 ENÉAS SOUZA MACHADO, da SUDERHSA; LUCIANA SICUPIRA ARZUA
78 RODA, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos –
79 SEMA; DONIZETI RODRIGUES PEREIRA da Organização Não
80 Governamental SODEC e AFONSO MARANGONI, da SANEPAR. O
81 Presidente do CERH/PR, Secretário JOSÉ ANTONIO ANDREGUETTO deu
82 início à reunião, saudando os Conselheiros e demais presentes e agradecendo
83 a presença significativa e o prestígio em relação ao Conselho. A seguir
84 empossou os novos Conselheiros, a saber: Élcio Luiz Coltro, Conselheiro
85 Titular da Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e do Turismo, em
86 substituição ao Eduardo Francisco Sciarra, Antônio Carlos Setti, Conselheiro
87 Titular da Secretaria da Saúde, em substituição a Armando Raggio e Orlando
88 Carneiro da Silva, Conselheiro Suplente, representante da Águas de
89 Paranaíba, em substituição a Dante Luiz Luvisotto. A seguir, passou a palavra
90 à Secretária Executiva do Conselho, MARIANNA SOPHIE ROORDA, que
91 comunicou que os membros do Conselho haviam recebido antecipadamente
92 ofício com a pauta da reunião, bem como anexos mencionados no Ofício
93 Circular nº 07/2002 da Presidência do Conselho, conforme determina o
94 Regimento Interno do CERH/PR. A seguir passou à leitura da Pauta da 3ª
95 Reunião do Conselho. Mencionou que a Secretaria Executiva do Conselho
96 havia recebido Requerimento do IAP, no qual solicitou, com base no Art. 7º do
97 Regimento Interno do CERH, a retirada da Ordem do Dia o item 8 da Pauta.
98 Passou à leitura do Requerimento, e mencionou que esse item seria portanto
99 retirado de Pauta. Na sequência, a Secretária Executiva do Conselho,
100 MARIANNA SOPHIE ROORDA, passou à discussão da Ata da 2ª Reunião do

101 Conselho, que foi aprovada por unanimidade. A seguir passou ao relato do
102 expediente, mencionando as correspondências recebidas: ofícios de todas as
103 instituições que constavam da composição das Mesas Diretoras Provisórias do
104 Comitê da Bacia do Rio Tibagi e do Comitê da Bacia do Rio Jordão, indicando
105 os seus representantes nessas Mesas Diretoras; ofício do Conselheiro da
106 Copel apresentando considerações encaminhadas aos Presidentes das MDP
107 dos Comitês da Bacia do Rio Tibagi e do Comitê da Bacia do Rio Jordão, e
108 também considerações entendendo necessária a adaptação da SUDERHSA ao
109 modelo institucional criado nos Sistemas Nacional e Estadual de
110 Gerenciamento de Recursos Hídricos; ofícios das MDP da Bacia do Rio Tibagi
111 e da Bacia do Rio Jordão encaminhando proposta para a Constituição
112 definitiva dos respectivos Comitês e que essa proposição constasse da Pauta
113 da 3ª Reunião do Conselho; ofícios de Usuários de Recursos Hídricos e
114 representantes do Poder Público e Sociedade Civil Organizada da Bacia do Rio
115 Pirapó e da Bacia do Paraná III, encaminhando solicitação de instalação dos
116 Comitês das respectivas Bacias; ofícios de todas as instituições que constavam
117 da composição das Mesas Diretoras Provisórias do Comitê da Bacia do Rio
118 Tibagi e do Comitê da Bacia do Rio Jordão, indicando os seus representantes
119 nessas Mesas Diretoras; ofícios da Secretaria de Estado da Indústria, do
120 Comércio e do Turismo, da Secretaria de Estado da Saúde e Águas de
121 Paranaguá, indicando representantes como Membros desse Conselho; ofício
122 do Conselheiro da APROMAC que propõe a realização de um ENCONTRO DE
123 ONGs AMBIENTALISTAS PARANAENSES, com o objetivo de promover ampla
124 discussão da participação das ONGs na Política Estadual de Recursos
125 Hídricos; ofícios justificando ausência nesta Reunião do Conselho, da ABRH,
126 justificando a ausência da Conselheira Ingrid Illich Müller, do SIMEPAR
127 justificando a ausência do Conselheiro Eduardo Alvim Leite, da Copel,
128 justificando a ausência do Conselheiro Luiz Fernando Leone Vianna e da
129 Prefeitura Municipal de Castro, justificando a ausência do Conselheiro Reinaldo
130 Cardoso. Foi encaminhado, conforme deliberado na 2ª Reunião do Conselho,
131 ofício ao Presidente da Associação Brasileira de Recursos Hídricos,
132 mencionando o interesse do Estado do Paraná em sediar o Congresso da
133 ABRH que ocorrerá em 2003. A seguir o Presidente do Conselho, JOSÉ
134 ANTONIO ANDREGUETTO convidou a Sra. Jaqueline Dorneles de Souza,
135 Coordenadora do Laboratório de Geoprocessamento da SUDERHSA, a fazer a
136 apresentação do Sistema de Informações Geográficas para Gestão de
137 Recursos Hídricos. Destacou a importância deste instrumento para a gestão
138 dos recursos hídricos e que o mesmo foi priorizado na Bacia do Alto Iguaçu, e
139 também que este Sistema está interligado a outros Sistemas desenvolvidos
140 pelo IAP, pela SUDERHSA e pela SEMA, colocados como módulos dentro do
141 Sistema de Informações Ambientais – SIA. A Sra. JAQUELINE DORNELES DE
142 SOUZA iniciou a apresentação mencionando que o Sistema foi inicialmente
143 desenvolvido para a Bacia do Alto Iguaçu, mas que hoje já funciona para todo o
144 Estado do Paraná, porém com diferente nível de informação da base
145 cartográfica. Mencionou que o Sistema foi desenvolvido no âmbito do
146 PROSAM, com recursos do Banco Mundial, que é um dos instrumentos
147 contemplados pela Lei Nacional e Estadual de Recursos Hídricos. Que o
148 Paraná foi o primeiro Estado a desenvolver um Sistema desse porte e que é
149 portanto um Sistema inédito a nível de Brasil e também a nível de América
150 Latina, e arriscou a dizer que no mundo existem pouquíssimos Sistemas que

151têm as funcionalidades que esse Sistema está englobando. Mencionou que
152uma das grandes ferramentas do Sistema é o do cálculo da disponibilidade
153hídrica. Quando da solicitação de uma outorga em um determinado ponto do
154rio, o Sistema delimita automaticamente a Bacia através das curvas de nível
155existentes no Sistema, e para o cálculo da disponibilidade hídrica ele utiliza o
156Sistema HG, que é um modelo de regionalização de vazão desenvolvido pelo
157CEHPAR, e posteriormente o Sistema busca no Cadastro de Usuários de
158Recursos Hídricos quais são os usuários outorgados, quanto captam e quanto
159lançam, para posteriormente calcular a vazão disponível naquela seção do rio.
160A apresentação do Sistema de Informações Geográficas para Gestão de
161Recursos Hídricos consta do **Anexo 1**. O membro representante da ECOPLAN,
162MARCO AURÉLIO ZILIOOTTO parabenizou a apresentação do trabalho, porém
163mencionou que não havia visto na abordagem sobre o Sistema, preocupação
164com as perdas de água em processos, e perguntou se havia alguma
165possibilidade de incluir esse item no Sistema. A Sra. JAQUELINE DORNELES
166DE SOUZA mencionou que nesse momento esse item não estava incluído no
167Sistema, mas que o Sistema é aberto, que o mesmo estava sendo implantado
168naquele mês, e que o Sistema após um ano certamente estará diferente,
169incorporando novas funcionalidades. Quanto às perdas disse acreditar que com
170a cobrança pelo uso da água essa questão certamente seria minimizada. O
171representante da ECOPLAN, MARCO AURÉLIO ZILIOOTTO perguntou se o
172Cadastro de Usuários de Recursos Hídricos seria disponibilizado à Sociedade,
173ou se por ter informações estratégicas não seria disponibilizado. A Sra.
174JAQUELINE DORNELES DE SOUZA mencionou que será definido quais as
175informações que a Sociedade em geral terá acesso, e que o acesso será tanto
176nesse módulo da Internet como através do Sistema de Informações Ambientais
177– SIA que integra os três órgãos do Sistema SEMA. O Sr. MARCO AURÉLIO
178propôs ao Secretário que essa discussão com relação ao nível de informação
179que será divulgado à Sociedade seja debatido em Plenária do Conselho
180Estadual de Recursos Hídricos. Quanto a essa solicitação o Presidente do
181Conselho, JOSÉ ANTONIO ANDREGUETTO mencionou que dentro das
182Instituições existe um Conselho que tem por responsabilidade legal saber quais
183os dados, principalmente sobre processos industriais, que podem ser
184externados ou não, mas dentro daquilo que for passível, poderá ser discutido
185no Conselho. A Secretária Executiva do Conselho, MARIANNA SOPHIE
186ROORDA, mencionou que o item seguinte da Pauta tratava da aprovação da
187Composição do Comitê da Bacia do Rio Tibagi e convidou o Prefeito de Ibiporã
188e Presidente do COPATI, Reinaldo Ribeirete, para fazer a apresentação da
189proposta de composição. O Sr. REINALDO RIBEIRETE cumprimentou o
190Presidente do Conselho e demais presentes, fez uma apresentação rápida da
191Bacia do Rio Tibagi, que a mesma está dividida em Alto e Baixo Tibagi, o
192primeiro de Palmeira até Ortigueira, o segundo de Ortigueira até a sua foz no
193Paranapanema. Mencionou que o COPATI, Consórcio de Proteção da Bacia do
194Rio Tibagi, tem uma história de 13 anos, e ainda disse da importância da
195instalação do Comitê da Bacia do Rio Tibagi. Comentou as reuniões de
196trabalho da Mesa Diretora Provisória. Encerrou sua apresentação mencionando
197a proposta de Composição do Comitê que ficou proposto no seu número
198máximo de 40 Membros, com 14 representantes do Poder Público, 16
199representantes do Setor Usuário de Recursos Hídricos e 10 representantes da
200Sociedade Civil, a ser submetido à aprovação do Conselho Estadual de

201 Recursos Hídricos. O Presidente do Conselho, JOSÉ ANTONIO
202 ANDREGUETTO abriu a palavra para questionamentos. O Sr. GUNTOLF VAN
203 KAICK, da OCEPAR, comentou a grande influência da atividade agrícola na
204 Bacia do Rio Tibagi e perguntou ao Sr. Reinaldo Ribeyre se não havia sido
205 considerado a possibilidade do IAPAR fazer parte do Comitê. O Presidente da
206 Mesa Diretora Provisória, REINALDO RIBEIRETE, comentou que todos os
207 órgãos foram convidados a participar, e que a escolha dos representantes do
208 setor agropecuário foi feita pelos representantes do próprio segmento. Em não
209 havendo outros questionamentos, o Presidente do Conselho, JOSÉ ANTONIO
210 ANDREGUETTO colocou em votação a aprovação do Comitê da Bacia do Rio
211 Tibagi, que foi aprovado por unanimidade. A Secretária Executiva do Conselho,
212 MARIANNA SOPHIE ROORDA, passou ao item seguinte da Pauta que tratava
213 da aprovação da Composição do Comitê da Bacia do Rio Jordão e convidou o
214 Sr. Afonso Marangoni, Membro da Mesa Diretora Provisória, para fazer a
215 apresentação. O Sr. AFONSO MARANGONI, da SANEPAR, cumprimentou o
216 Presidente do Conselho e demais participantes e justificou a ausência do
217 Presidente da Mesa Diretora Provisória, Sr. Mauro Battistelli, que deveria fazer
218 a apresentação ao Conselho. Fez uma apresentação da Bacia do Rio Jordão,
219 de suas características físicas e também dos usuários de recursos hídricos,
220 fez um relato das reuniões da Mesa Diretora Provisória, e posteriormente
221 apresentou a proposta de Composição do Comitê da Bacia do Rio Jordão, de
222 23 Membros Titulares e Suplentes, sendo que 9 representantes do Poder
223 Público, 9 representantes do Setor Usuário de Recursos Hídricos e 5
224 representantes da Sociedade Civil, para análise e aprovação do Conselho
225 Estadual de Recursos Hídricos – CERH/PR. O Presidente do Conselho, JOSÉ
226 ANTONIO ANDREGUETTO, em não havendo questionamentos, colocou a
227 proposta em votação, que foi aprovado por unanimidade. A Secretária
228 Executiva do Conselho, MARIANNA SOPHIE ROORDA, passou ao item
229 seguinte da Pauta, que tratava da solicitação de instalação do Comitê da Bacia
230 do Rio Pirapó, e convidou o Secretário de Meio Ambiente de Maringá, José
231 Eudes Januário, para fazer essa solicitação aos Membros do Conselho. O Sr.
232 JOSÉ EUDES JANUÁRIO mencionou o estado de degradação da Bacia do Rio
233 Pirapó e também a tentativa de se criar um Consórcio Intermunicipal para
234 recuperação da Bacia na década de 80, mas que não teve sucesso. Fez um
235 breve relato sobre a Bacia, da sua importância em termos da agricultura e
236 principalmente no abastecimento de vários municípios, e que a presente
237 solicitação era por entender a importância da instalação do Comitê da Bacia. A
238 seguir passou a palavra ao Sr. Marcos Rafael Nanni, do Instituto de Tecnologia
239 e Ciência Ambiental da UEM, para fazer a apresentação mais técnica da Bacia
240 do Rio Pirapó. O Sr. MARCOS RAFAEL NANNI fez um relato sobre as
241 características físicas da Bacia, comentou da intenção de implantação de
242 Sistema de Informações Geográficas da Bacia do Rio Pirapó. Mencionou os
243 principais usos de recursos hídricos da Bacia, destacando a utilização para fins
244 de abastecimento público, responsável por 80% do uso de recursos hídricos da
245 Bacia. Comentou a preocupação com os índices de poluição decorrentes dos
246 esgotos domésticos e das atividades agrícolas existentes na região. Comentou
247 que na Universidade Estadual de Maringá existe uma equipe multidisciplinar
248 que está trabalhando numa série de levantamentos, tais como, arqueologia,
249 história, sociologia, estudos econômicos, geologia, geomorfologia, solos,
250 vegetação e fauna, que estão sendo incorporados no Sistema Geográfico de

251Informações. O Presidente do Conselho, JOSÉ ANTONIO ANDREGUETTO,
252em não havendo nenhum questionamento, colocou em votação a solicitação
253apresentada, o que foi aprovado por unanimidade. A seguir a Secretária
254Executiva do Conselho, MARIANNA SOPHIE ROORDA, passou à solicitação
255de instalação do Comitê da Bacia do Paraná III, e convidou o Secretário de
256Meio Ambiente do Município de Toledo, Sr. André Ricardo Angonese, para
257fazer a apresentação. O Sr. ANDRÉ RICARDO ANGONESE primeiramente
258cumprimentou o Presidente do Conselho e demais Membros do Conselho. A
259seguir fez um relato das características físicas e sócio econômicas da Bacia e
260salientou a importância da Bacia do Paraná III no contexto do Estado, com
261destaque ao reservatório de Itaipu, o qual tem uma grande importância a nível
262nacional por ser gerador de 25% da energia elétrica consumida no Brasil, à
263expansão agrícola que se verificou na região, já identificados com o programa
264de microbacias para permitir a recuperação destas bacias, e ainda a produção
265pecuária, principalmente frangos, suínos e bovinos de leite, que necessitam de
266atenção especial nas questões ambientais. Mencionou que a partir de 2000
267iniciou-se um processo de integração de pessoas interessadas em conhecer
268melhor o Sistema Nacional e Sistema Estadual de Recursos Hídricos, processo
269esse que culminou com o I Encontro das Águas do Paraná, realizado em abril
270de 2002, no município de Toledo. Agradeceu Conselheiros e demais pessoas,
271e também Empresas, que colaboraram com a realização do Encontro.
272Finalizando, comentou a importância de se instalar o Comitê da Bacia do
273Paraná III e apresentou uma proposta de composição de Mesa Diretora
274Provisória a ser submetida à aprovação do Conselho Estadual de Recursos
275Hídricos – CERH/PR. O Presidente do Conselho, JOSÉ ANTONIO
276ANDREGUETTO, abriu a palavra para questionamentos, em não havendo
277colocou em votação a solicitação apresentada, que foi aprovada por
278unanimidade. A seguir passou ao item 9 da Pauta, que solicitava alterações no
279Decreto 2314/00 e no Regimento Interno do Conselho, e passou a palavra à
280Secretária Executiva do Conselho. A Sra. MARIANNA SOPHIE ROORDA
281mencionou que se tratava de uma solicitação da Secretaria Executiva do
282Conselho. O primeiro quanto a prazos de convocação, visto a dificuldade de se
283agendar as reuniões com a antecedência exigida, 30 dias para as reuniões
284ordinárias e 15 dias para as extraordinárias, até mesmo a nível de pauta, visto
285que em 30 dias muitos assuntos poderão ter sido suficientemente
286amadurecidos ou não para o encaminhamento ao Conselho. Mencionou que os
287prazos previstos para as reuniões do Conselho Estadual de Meio Ambiente são
288de 10 dias úteis e 3 dias úteis, e os prazos previstos para as reuniões do
289Conselho Gestor de Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba são de 2
290dias úteis. Propôs na sequência que fossem adotados para o Conselho
291Estadual de Recursos Hídricos os mesmos adotados para o Conselho Estadual
292de Meio Ambiente. O Presidente do Conselho, JOSÉ ANTONIO
293ANDREGUETTO, perguntou se havia alguma objeção ou outra proposta. A
294Conselheira YÁRA CHRISTINA EISENBACH, da SEPL, mencionou que a
295mesma dificuldade estava sendo sentida na convocação das reuniões do
296Comitê do Alto Iguaçu e Alto Ribeira. A Conselheira MÁRCIA CARLA PEREIRA
297RIBEIRO, da PGE, mencionou que a Procuradoria necessita de prazo para
298estudar a legalidade das decisões, o que significa o conhecimento de uma
299legislação bastante específica, e que a restrição de prazo poderia ser
300prejudicial. Mencionou, no entanto, que poderiam pensar em um prazo e

301apresentar uma contraproposta. O Presidente do Conselho, JOSÉ ANTONIO
302ANDREGUETTO perguntou se alguém mais gostaria de fazer alguma
303colocação. A Conselheira YÁRA CHRISTINA EISENBACH mencionou que
304como forma de compatibilizar proporia que os prazos para as reuniões
305ordinárias pudessem ser mantidas, mas que com certeza as extraordinárias
306deveriam ser diminuídas para decidir questões que necessitam de alguma
307urgência, sob pena de prejudicar o andamento dos trabalhos e a necessidade
308de decisões com oportunidade. A Conselheira MÁRCIA CARLA PEREIRA
309RIBEIRO sugeriu que fosse apreciada a possibilidade de quinze dias úteis para
310as reuniões ordinárias e 5 para as extraordinárias. O Conselheiro MARCO
311AURÉLIO ZILLOTTO, da ECOPLAN, sugeriu que para uma situação
312emergencial se flexibilizasse o prazo para 24 horas e para as reuniões
313extraordinárias um prazo de 5 dias e ordinárias 15 dias. A Conselheira MÁRCIA
314CARLA PEREIRA RIBEIRO mencionou que era exatamente essa a sua
315proposta, 15 dias para a ordinária e 5 para a extraordinária e que para as
316emergências as decisões poderiam ser tomadas ad referendum e trazidas para
317a extraordinária no prazo de convocação. O Presidente do Conselho, JOSÉ
318ANTONIO ANDREGUETTO mencionou que considerava adequada a proposta
319colocada pela PGE de 15 dias e de 5 dias. O Conselheiro RALPH CARVALHO
320GROSZEWICZ, da UFPR, mencionou também considerar esses prazos
321adequados, mesmo porque as questões urgentes podem ser tratados pelos
322órgãos executivos do Estado. Quanto a esta questão o Presidente do Conselho
323JOSÉ ANTONIO ANDREGUETTO mencionou que para as questões
324emergenciais já existe instituída a Comissão da Defesa Civil. A seguir colocou
325em votação os prazos de 15 dias e 5 dias, aprovados por unanimidade. Na
326sequência a Secretária Executiva do Conselho, MARIANNA SOPHIE
327ROORDA, mencionou a solicitação de alteração do Art. 5º do Regimento
328Interno no qual consta que as questões encaminhadas ao Conselho devem
329passar por uma Câmara Técnica, e só a nível de exceção, decididas no dia da
330reunião. Mencionou que este artigo conflitava com o disposto no parágrafo 4º
331do Artigo 12 do Decreto 2314/00, no qual consta que “o Conselho *poderá*
332constituir Câmaras Técnicas”. Mencionou que quando foi proposto esse
333Regimento Interno foram feitas uma série de adaptações do Regimento Interno
334do Conselho Estadual de Meio Ambiente, onde a maioria das questões são
335remetidas a Câmaras Técnicas, no entanto, o próprio Sistema Estadual de
336Gerenciamento de Recursos Hídricos já prevê três instâncias de discussão das
337mais diversas matérias, que são, o Conselho Estadual de Recursos Hídricos,
338os Comitês de Bacias Hidrográficas e as futuras Unidades Executivas
339Descentralizadas. A seguir propôs que esse artigo passasse a ter a seguinte
340redação: “O Presidente do Conselho poderá instituir Câmara Técnica para
341analisar e relatar assuntos a ela atribuídos”. O Presidente do Conselho, JOSÉ
342ANTONIO ANDREGUETTO, colocou a proposta em votação, sendo que foi
343aprovado por unanimidade. Passou-se a seguir ao item Assuntos Gerais. O
344Presidente do Conselho, JOSÉ ANTONIO ANDREGUETTO, mencionou a
345publicação da Legislação Paranaense de Recursos Hídricos e que estava
346sendo disponibilizado para todos os Conselheiros um volume desta publicação.
347A seguir informou sobre a habilitação da SANEPAR ao Programa de Compra
348de Esgoto Tratado com 9 novos empreendimentos. A Sra. MARIANNA SOPHIE
349ROORDA complementou que esses novos empreendimentos compreendiam 2
350estações no Alto Iguaçu e Alto Ribeira, 1 estação na Bacia do Rio Jordão e 6

351 estações na Bacia do Rio Tibagi, que se aprovados representariam recursos da
352 ordem de 25 milhões de reais, habilitação esta que só foi possível em função
353 da aprovação da instalação dos Comitês da Bacia do Rio Tibagi e da Bacia do
354 Rio Jordão por ocasião da 2ª reunião do CERH e das Bacias do Alto Iguaçu e
355 Alto Ribeira por ocasião da 1ª reunião do CERH. A seguir, como outro informe,
356 Presidente do Conselho, JOSÉ ANTONIO ANDREGUETTO, mencionou que
357 para atender a grande demanda que está se verificando frente à Política
358 Estadual de Recursos Hídricos havia a necessidade de uma reestruturação da
359 SUDERHSA, e que já estava em fase final de tramitação nas instâncias do
360 Governo, uma minuta de Lei de criação da nova Agência Estadual de Recursos
361 Hídricos, a ser encaminhada à Assembléia Legislativa, para que esse novo
362 órgão gestor possa atender a essa demanda que está sendo criada com a
363 mobilidade, estrutura e eficiência necessária. Para o informe seguinte passou a
364 palavra à Conselheira Yára Christina Eisenbach, para que a mesma fizesse um
365 relato sobre uma reunião de trabalho com todos os membros do Comitê das
366 Bacias do Alto Iguaçu e Alto Ribeira. A Conselheira YÁRA CHRISTINA
367 EISENBACH informou que realizou-se um evento de dois dias e meio com
368 todos os Membros do Comitê com o objetivo de nivelar o conhecimento de
369 todos para as decisões que doravante teriam que tomar. Que neste evento
370 houve uma imersão nas questões da Legislação de Recursos Hídricos, o
371 Sistema Estadual implementado e dos Projetos elaborados no âmbito do
372 PROSAM na área de atuação do Comitê. Mencionou que ao final do evento
373 100% dos participantes que entregaram a Ficha de Avaliação consideraram o
374 evento oportuno e muito produtivo, tanto em relação aos temas abordados,
375 quanto à oportunidade de integração dessas pessoas. Como informe seguinte,
376 Presidente do Conselho, JOSÉ ANTONIO ANDREGUETTO mencionou uma
377 solicitação que foi feita pelo Conselheiro Eleutério Langowski, representante
378 das Organizações Não Governamentais, da APROMAC, de realização de um
379 Encontro de ONGs Ambientalistas Paranaenses, com o objetivo de promover
380 ampla discussão da participação das ONGs na Política Estadual de Recursos
381 Hídricos. O Presidente do Conselho propôs que este encontro tratasse também
382 de assuntos relativos à Política Estadual de Meio Ambiente. Mencionou que a
383 idéia era boa e que estava acatada. A seguir o Conselheiro MARCO AURÉLIO
384 ZILIOUZZO mencionou trazer um pedido de um Consórcio Intermunicipal de
385 Bacia do interior de São Paulo, solicitando uma moção de apoio para a
386 supressão de uma emenda (Art. 32 parágrafo 3º) ao Projeto de Lei 4147/01. A
387 seguir mencionou que sobre sua primeira intervenção, a questão de perdas de
388 água, após mencionar exemplos de perdas, propôs que esse assunto fosse
389 tema de um Seminário específico. O Conselheiro CARLOS AFONSO
390 TEIXEIRA DE FREITAS, da SANEPAR, disse ser necessário e de fundamental
391 importância o estabelecimento de uma uniformidade nos conceitos de o que
392 seja perda e como ela é avaliada. Que acredita que um Seminário seria
393 importante e oportuno para que se discutisse as causas das perdas, e a
394 padronização e a uniformização dos critérios de avaliação, principalmente num
395 momento como esse em que se pretende penalizar aquelas unidades que
396 tenham perdas que não sejam justificáveis. A seguir a Conselheira YÁRA
397 CHRISTINA EISENBACH comentou que a aprovação de uma moção poderia
398 ser precipitada. Que o Conselho deveria receber a proposição e avaliar com
399 mais detalhes, mesmo porque as questões do PL 4647 tratam das questões de
400 saneamento e não de gestão de recursos hídricos. Quanto à questão de

401perdas mencionou que a SANEPAR é de todas as companhias brasileiras de
402saneamento a que tem menor índice de perdas. Comentou que seria
403importante termos a nossa agência de regulação dos serviços públicos
404concedidos, que traria uma análise aprofundada e bem adequada em relação à
405melhoria de eficiência e a satisfação do usuário desses serviços. O Conselheiro
406MARCO AURÉLIO ZILLOTTO solicitou que ficasse registrado que se referia ao
407PL 4147 e não 4647. Concordou no entanto com a colocação de não votação
408de uma moção de apoio, face ao desconhecimento da Plenária quanto ao
409assunto. Agradeceu o Presidente da SANEPAR, Carlos Afonso Teixeira de
410Freitas por ter reforçado a importância de um Seminário sobre perdas. O
411Presidente do Conselho, JOSÉ ANTONIO ANDREGUETTO, passou a palavra
412ao Sr. Ivo Bernardo Heisler Júnior, Diretor de Recursos Hídricos da
413SUDERHSA para outro informe. O Sr. IVO BERNARDO HEISLER JÚNIOR
414informou aos presentes que no mês de junho o Estado do Paraná estaria
415assinando um contrato da ordem de 350 mil dólares, por parte do governo
416norteamericano a fundo perdido, doação esta chamada de TDA, para que se
417faça um Estudo do Usos e Usuários da Bacia do Rio Tibagi. O Conselheiro
418CARLOS AFONSO TEIXEIRA DE FREITAS disse que aproveitando a
419oportunidade gostaria de complementar esse assunto e informar que a
420SANEPAR também estava assinando um Convênio com o TDA que estaria
421disponibilizando recursos da ordem de 150 mil dólares para a SANEPAR
422promover estudos relacionados à reutilização e reuso da água dentro do
423Estado do Paraná. Que se tratava de uma iniciativa pioneira e que era a
424primeira empresa de saneamento estatal a conseguir recursos para esse tipo
425de estudo. Na sequência o Presidente do Conselho JOSÉ ANTONIO
426ANDREGUETTO passou a palavra ao Prefeito Municipal de Toledo, Derli
427Antonio Donin. O Conselheiro DERLI ANTONIO DONIN primeiramente solicitou
428que se registrasse seus agradecimentos ao Secretário Andreguetto, ao Dr.
429Nicolau, à Yára, Marianna, Luciana, Lobato e Andriguetto pelo trabalho feito
430frente à formação das Mesas Diretoras Provisórias e dos Comitês de Bacias
431Hidrográficas do Estado do Paraná. Comentou que no dia seguinte estaria
432sendo assinado em Toledo o PNMA, que é um programa que visa a
433recuperação das pocilgas, das estruturas de produção basicamente de suínos,
434que estão localizados na Bacia do Rio Toledo e Bacias da região sudoeste do
435Estado. Mencionou que o setor de suinocultura também tem a preocupação de
436evitar perdas e que no seu município e outras regiões do Estado do Paraná já
437existiam bebedouros especiais que evitam a perda de água no setor de
438suinocultura. Comentou que com satisfação tem acompanhado os trabalhos
439que a SANEPAR tem realizado no município de Toledo, diminuindo em muito
440as perdas que antes eram da ordem de 42%. O Presidente do Conselho, JOSÉ
441ANTONIO ANDREGUETTO, mencionou que na questão da suinocultura o
442Estado, através da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos
443Hídricos, buscou recursos da ordem de U\$ 8 milhões junto ao Governo Federal
444para o desenvolvimento de projetos pilotos que pudessem ser multiplicados no
445Estado. Que a aplicação destes recursos seriam desde na relocação das
446pocilgas em áreas de preservação permanente, até a busca de tecnologia para
447tratamento de dejetos e controle e monitoramento das águas. Que as áreas de
448atuação foram selecionadas por um grupo constituído pela SANEPAR,
449Municípios, EMATER, APS, Sindicarne, etc. sendo este grupo responsável pela
450execução desse projeto. Que quanto aos recursos financeiros o Estado firmou

451Convênio com a Universidade Federal do Paraná através da FUNPAR, para
452que ela faça o gerenciamento dos recursos a serem alocados neste Programa.
453Por fim, em não havendo outros informes, agradeceu a participação de todos,
454dizendo da importância desta participação efetiva, e em não havendo mais
455inscritos, deu por encerrada a reunião do Conselho Estadual de Recursos
456Hídricos – CERH, da qual eu, MARIANNA SOPHIE ROORDA, Secretária
457Executiva do CERH, lavrei a presente Ata, em Curitiba, aos 28 dias de junho de
4582002.

459

460

461De acordo

462Curitiba, 11 de outubro de 2002

463

464

465JOSÉ ANTONIO ANDREGUETTO

466Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

467Presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos